

RECENSÕES

TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. Global Editora, 1985. 95 p.

As causas das complexas relações entre civis e militares que caracterizam o Brasil de hoje, devem ser buscadas no entendimento da própria cronologia nacional. Afinal, a história do Exército brasileiro se confunde com a própria história do país. Foi exatamente por aí que o autor resolveu fazer sua abordagem e, com competência, nos deu um pequeno grande livro.

Trevisan inicia sua obra analisando o papel do Exército na República. O Exército nacional que havia sido criado de chôfre, dado o caráter insólito de nossa independência, foi aos poucos se redirecionando ao sabor das circunstâncias.

Quem era filho de pai rico ia estudar na Europa; o filho de pai não tanto abastado partia para as faculdades de Direito (de preferência em São Paulo e no Recife) e, aos remediados, sobrava o Exército que pagava pouco e concedia ínfimo prestígio social. O perigo para a elite dominante era que armas nas mãos de outras classes representavam uma ameaça em potencial. Solução: 1) criar a Guarda Nacional através da lei de 1831, “assegurando o direito de cada proprietário ter a quantidade de homens armados que o seu dinheiro permitisse para a defesa de sua terra”; 2) diminuir os efetivos do Exército e concomitantemente evitar a ascensão política a seus quadros de oficiais. O Império, portanto, se encarregou de vigiar o Exército.

A correlação de forças não tardaria a mudar. Eclode a Guerra do Paraguai. Caxias, não contente com a “intromissão” do Gabinete Liberal de Zacarias de Góis na condução da guerra, pressiona o Imperador provocando a derrubada do Ministério. Mesmo vencedor, este episódio serviu para que o Exército fosse visto com mais desconfiança pelos civis; as autoridades diminuíram o seu (dele) orçamento e reduziram o soldo dos soldados. A contrapartida não fazia por esperar. Os homens de farda criaram uma forte solidariedade anti-Império e a sensação de que só eles eram capazes de amar à Pátria em condições tão adversas. Estava pronto o cenário para a adesão castrense ao Positivismo. Era a busca da regeneração que encantava os militares cansados de estarem isolados pela política do Império. O Positivismo veio a refletir um estado de espírito militar, e pavimentou a rutura com o governo civil.

O fosso aumentou com a conhecida Questão Militar — na verdade foram várias as questões militares. Filigranas à parte, o importante a citar é que no seu bojo surgiu a liderança de Deodoro da Fonseca que veio juntar-se à Benjamin Cons-

tant. Era o acasalamento da “tarimba” com a Ciência. Isto fortaleceu as Forças Armadas que tiveram a ousadia de desafiar o Império e se negaram a caçar escravos que desde 1887 fugiam das fazendas de café paulistas para o litoral. E agora? Proclama-se a República e com ela, os militares sentem o gosto de intervir na política e de deter o poder. Surgem duas vertentes que se digladiariam até os tempos hodiernos: 1) a dos civis que criaram o conceito do “cidadão de farda”, fiel às instituições republicanas; 2) a dos militares, que iniciam um processo de “fechamento” progressivo aos influxos da sociedade civil e a articulação de interesses próprios da organização como fatores de seu comportamento político.

A primeira tentativa de se instaurar o militarismo, como método de governo sob a inspiração Florianista, abortou diante das repercussões do assassinato do ministro da Guerra de Prudente de Moraes, general Carlos Machado de Bittencourt – antiflorianista radical – e do fiasco do Exército na Revolta de Canudos. Os militares, todavia, não tardariam a se reorganizarem.

Se a inépcia militar favorecia os interesses civis, havia, o outro lado da moeda. Sendo o exército incapaz de enfrentar miseráveis jagunços, como poderia defender o país de um ataque externo? O Ministro Rio Branco, grande admirador do exército alemão, incentivou a ida de jovens cadetes à Alemanha, dentre eles Bertoldo Klinger, Euclides Figueiredo e Goes Monteiro. Ao retornarem, com suas novas idéias, provocam um reboiço e são apelidados de “jovens turcos” numa alusão às reformas que ocorriam na Turquia sob a égide militar.

Com a chegada da Missão Francesa em 1920, fortaleceu-se a corrente que propunha alterações ideológicas na conduta militar. O estreito conceito de Defesa Nacional – proteção da fronteira – foi abandonado em troca de uma visão mais ampla que contemplava tanto a preparação militar como o desenvolvimento de indústrias estratégicas. Não estaria aí o embrião da futura Doutrina de Segurança Nacional? O Tenentismo, com sua proposta centralista, e o autoritarismo como método, indaga Trevisan, não formaram uma moldura que cabe para 1964?

A Revolução de 30 foi mais uma prova de que o embate, entre civis e militares, mantinha-se. Osvaldo Aranha, por exemplo, acreditava que o general Goes Monteiro seria o técnico que cumpriria as ordens do líder civil, Getúlio Vargas. Esqueceu-se de que Goes estava muito mais interessado em fazer “a política do Exército e não a política no Exército”, ou seja, em implementar a política de Segurança Nacional “com o fim sobretudo de disciplinar o povo a obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade pública (. . .)”

A Intentona Comunista de 1935 uniu os militares em torno da Doutrina de Goes Monteiro. O Estado Novo de 1937, se encaixava como uma luva na concepção de Estado forte do general. Assim sendo, uma doutrina militar passava a orientar a Nação pois, pressupunha a disciplina do corpo social como premissa para o desenvolvimento econômico que geraria uma sólida defesa nacional. Daí Trevisan chegar à conclusão de que o poder militar foi o sustentáculo do Estado Novo, e que Getúlio se manteve no poder por perceber para onde soprava o vento, mantendo a fachada civil mas, servindo aos interesses castrenses, ou seja, estava praticando aquilo que o general Goes receitava para disciplinar o povo:

“(. . .) adotar princípios da organização militar, contanto que seja isento do espírito militarista (. . .)”.

Com a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, as eleições de 1945 e a Constituinte de 46, a democracia-liberal ganhou novo impulso e com isso, o ímpeto – mas não o fim – das doutrinas militares foram arrefecidas. Como em política não se pode ter o que se quer, mas sim o que se tem em mãos, os militares em época de refluxo trataram de se organizarem para quando tivessem que voltar ao poder.

Funda-se a Escola Superior de Guerra (ESG), que reuniu o que Trevisan com muita propriedade caracterizou: o militar articulador, profissional e político. Foi este tipo de militar que produziu a Doutrina de Segurança Nacional. Com ela, agora de um modo elaborado, os interesses nacionais foram transformados em interesses militares, garantindo ideologicamente a ubiqüidade castrense, que se materializa através da tutela das Forças Armadas sobre a sociedade civil. Os efeitos desta Doutrina foram sentidos na pele pelos brasileiros com o êxito do Movimento de 1964 que culminou com a edição do AI-5, quando a concessão do poder passou a ser, decididamente, tanto militarista quanto militar.

Hoje temos novos ares. Está aí, a Nova República. Os que apostaram na idéia de transformar a instituição castrense num quisto social, estão perdendo a parada. As Forças Armadas, paradoxalmente, encontram-se mais sólidas do que nunca. Refizeram alguns conceitos da Doutrina, mas mantêm a sua medula: já avisaram que pretendem na próxima Constituinte preservar o direito de guardiães da ordem e da lei. Em síntese, querem institucionalizar a tutela castrense sobre a nação, mesmo que seja de um modo amistoso e cordial. Pode-se até encontrar soluções jurídicas na Assembléia para resolver o problema da *legitimidade* das intervenções militares, mas o principal – as intervenções –, só deixarão de existir quando a sociedade brasileira se convencer que o militarismo exarcebado só cresce em terreno propício, i. e., em sociedade como a nossa que possui uma notável lógica liberal e uma profunda práxis *autoritária*.

Jorge Zaverucha
Fundação Joaquim Nabuco